

---

**Reunião Ordinária** – Ata nº 19/2012

**Data** – 2012-10-08

**Início** – 14.30 horas

**Local** – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

**Termo** – 16.40 horas

**Presenças:**

**Presidente** Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

**Vereadores** Rui Miguel dos Santos Serrano  
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão  
Manuel Jorge Séneca Valamatos dos Reis  
António Manuel de Santana Maia Leonardo  
António Manuel Belém e Ferreira Coelho  
Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês

**Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização** – Catarina Alexandra Justino Santos



Resumo Diário da Tesouraria de 05-10-2012:

a) Dotações Orçamentais ..... €3.240.669,12  
b) Dotações não Orçamentais ..... €138.902,74

Total das Disponibilidades ..... €3.437.447,48



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram catorze horas e trinta minutos, dando início ao período de intervenção aberto ao público.



**PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**

(Lei nº 169/99, de 18 de setembro, Artigo 84º nº 7, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro)

Esteve presente a munícipe Elsa Cardoso, para se pronunciar relativamente à resposta que lhe foi dirigida pelos serviços na sequência da sua exposição sobre o facto de ter sido impedida de aceder a um evento público que decorreu na Biblioteca Municipal António Botto, por parte de pessoas alheias aos serviços municipais.

Entre outras considerações, a munícipe Elsa Cardoso questionou o facto de não ter constado da ata os nomes dos intervenientes e o facto de os mesmos não terem sido inquiridos.

A Presidente da Câmara disse à munícipe para evitar considerações pessoais e não entrar em detalhes particulares, por não ser este o local adequado para tal.

A munícipe disse que esta questão deixou de ser particular, é mais que pública. Disse que a resposta que lhe foi dada foi mentirosa, descarada e cobarde e que, por isso, a repudia com veemência. Teceu ainda mais algumas considerações de índole particular.

A Presidente da Câmara disse não ter nada mais a acrescentar sobre este assunto, conforme a munícipe deve saber, porque sabe quais são as competências da Câmara Municipal nesta matéria. Deverá, portanto, recorrer a instâncias próprias.



A Presidente da Câmara deu por encerrado o período de intervenção aberto ao público, tendo-se passado ao ponto seguinte.



Foi aprovada, por unanimidade, a parte da ata relativa às intervenções do público e do executivo, da reunião anterior, com exceção das deliberações aprovadas em minuta.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.



### **INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA**

(Artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro)

#### **PRESIDENTE DA CÂMARA**

Agradecimento dos Bombeiros Voluntários de Constância pela disponibilidade demonstrada e pela colaboração que a Câmara de Abrantes prestou no âmbito dos Campos de Férias Sem Fronteiras - 90814

#### **Tomado conhecimento**

Pl  
Ct

A Presidente da Câmara deu conta da informação interna de resposta ao pedido apresentado pelos vereadores eleitos pelo PSD, na reunião de 20 de agosto de 2012, acerca da criação de uma comissão de inquérito sobre RPP Solar. - 87633

*"Quanto ao pagamento dos eucaliptos, trata-se de cláusula contratual autónoma da venda do imóvel. Também não está cumprida, embora tenha sido exigida. Parece-me que a exigência do cumprimento, eventualmente pela utilização de meios contenciosos, deve ser exercida simultaneamente com as diligências incidentes sobre o terreno, relativamente às quais corre prazo até 15 de Outubro. Quanto à redação do protocolo, reitero que, na reunião da Câmara Municipal de 7/7/2009 foi por unanimidade, aprovada a proposta que contém em anexo o protocolo de colaboração, a celebrar entre o Município de Abrantes e R.P.P. – Retail Parks de Portugal, SGPS, S.A. Também na Assembleia Municipal de 17/7/2009, foi aprovado o protocolo por unanimidade, não obstante a matéria de cláusula de compensação ter sido abordada. O protocolo, documento complementar à escritura, veio a integrar também o teor das deliberações nº 28 e 29 da CMA de 8/9/2009 e da Assembleia Municipal de 11/9/2009, também aprovadas por unanimidade. O Tribunal de Contas, para onde o protocolo foi remetido por pedido expresso, não o criticou. A escritura veio a ser celebrada em 1/10/2009, sob a responsabilidade de formalização do notário privativo."*

#### **Tomado conhecimento**



Deu conhecimento que no dia 19 de outubro de 2012, pelas 18 horas, no Edifício Pirâmide, em Abrantes, será levado a efeito, um debate sobre a Reforma do Mapa Judiciário, com a presença do Bastonário da Ordem dos Advogados, tratando-se de uma parceria entre a Câmara Municipal e o Agrupamento de Delegações de Abrantes da Ordem dos Advogados.

#### **Tomado conhecimento**



Deu igualmente conhecimento, de um ofício endereçado pelo OAFR – Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis, a dar conta que a Autarquia de Abrantes, foi considerada por aquele Observatório, como uma das Mais Familiarmente Responsáveis e que será distinguida, através da entrega de uma bandeira, em cerimónia que terá lugar próximo dia 24 de outubro de 2012, pelas 17 horas, no Auditório da sede da Associação Nacional de Municípios em Coimbra.

#### **Tomado conhecimento**

21



Deu também conhecimento que, a Câmara Municipal de Abrantes e os Bombeiros Municipais de Abrantes, foram galardoados com Diploma de Louvor da Liga dos Combatentes, pelos apoios que têm prestado ao Núcleo de Abrantes da Liga dos Combatentes e aos Combatentes do seu concelho, em particular nos últimos anos.

#### **Tomado conhecimento**



A Presidente da Câmara deu conta do ofício com a refª DGR/12/01545 de Scutvias – Autoestradas da beira Interior, S.A., datado de 2 de outubro de 2012, a remeter a edição nº 8 da Newsletter “Autoestradas da Beira Interior”, respeitante ao período de julho/agosto/setembro de 2012. Disse que esta informação reforça a preocupação já manifestada pela Câmara Municipal de Abrantes.

#### **Tomado conhecimento**



Deu também conta de um fax enviado pela DREL – Direção Regional da Educação de Lisboa e Vale do Tejo, datado de 2 de outubro de 2012, a remeter a sentença proferida no âmbito do processo nº 1015/12.BELRA – Freguesia de São Facundo (e Outros). - 91302

#### **Tomado conhecimento**



Deu igualmente conta da listagem de processos de despesa realizada em setembro de 2012, ao abrigo do parecer genérico para 2012 aprovado na reunião da Câmara Municipal de 23 de janeiro de 2012, e para cumprimento do disposto no nº 3 do artigo 2º da Portaria nº 9/2012, de 10 de janeiro, que regula os termos e a tramitação do parecer prévio à contratação previsto na LOE 2012. - 89225

#### **Tomado conhecimento.**



Apresentou a informação nº 13 da Divisão Financeira, datada de 5 de outubro de 2012, acerca do endividamento municipal 2012 – 2º trimestre, dando conta dos limites ao endividamento previstos na Lei das Finanças Locais, substancialmente reduzidos por força da Lei do Orçamento de Estado para 2012.

Disse também que a Câmara Municipal não consta da lista de municípios com Prazo Médio de Pagamento (PMP) superior a 90 dias recentemente publicada pela DGAL. A 31 de dezembro de 2011 o PMP era de 71 dias e atualmente é de 68 dias.

01  
Câmara

## Tomado conhecimento



**Nº 21** – A Presidente da Câmara apresentou para a provação, a atribuição de apoio financeiro à Associação Centro Comercial Ar Livre, no valor de 9.000,00€, (nove mil euros), para dinamização das atividades de Natal no Centro Histórico de Abrantes, nomeadamente, sorteio de Natal, animação e divulgação - 91506.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**Deliberação Aprovada em Minuta:** Por unanimidade, aprovada a atribuição de apoio financeiro no valor de 9.000,00€, (nove mil euros), à Associação Centro Comercial Ar Livre, para dinamização das referidas atividades de Natal no Centro Histórico de Abrantes.



**Nº 22** – Apresentou para ratificação do órgão executivo, o despacho do Vice-Presidente da Câmara, datado de 3 de agosto de 2012, que aprovou as peças do procedimento, na sequência da retificação ao caderno de encargos, por redução do valor por já não incluir os SMA, relativo à aquisição de combustíveis líquidos por cartão eletrónico de abastecimento. – PG 49167

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**Deliberação Aprovada em Minuta:** Por unanimidade, ratificar o referido despacho do Vice-Presidente da Câmara.



**Nº 23** – Deu conta de um ofício da Junta de Freguesia de Concavada, a solicitar apoio para a despesa com as obras de recuperação da Igreja de Concavada, que totalizou 97.985,33€, apresentado pela Fábrica da Igreja Paroquial de Alvega. - PG 86342

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

al  
Ct

**Deliberação Aprovada em Minuta:** Por unanimidade, aprovar a atribuição de 20% sobre o montante total apresentado pela Fábrica da Igreja Paroquial de Alvega, cujo valor ascende a 19.597,07€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

À Divisão Financeira para os devidos efeitos.



**Nº 24** - A Presidente da Câmara deu conhecimento de que a empresa UNISELF – Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A., concorrente excluída no concurso público para o "Fornecimento de refeições para as escolas do 1º ciclo e jardins de infância do concelho de Abrantes" intentou no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria uma providência cautelar, nos termos do art.º 132º do Código do Processo dos Tribunais Administrativos (CPTA), requerendo ao Tribunal:

- i. a suspensão dos concurso público nº 36/2012 e a suspensão da eficácia do ato de adjudicação à sociedade GERTAL – Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação S.A.;
- ii. a adjudicação provisória do mesmo contrato à UNISELF, S.A;
- iii. a intimação do Município de Abrantes para se abster de celebrar contrato com a GERTAL, S.A. ou a suspensão da sua eficácia caso o mesmo já tenha ou venha a ser celebrado, suspendendo-se a respetiva execução;

Assim, considerando, entre outros, que o interesse público subjacente ao normal funcionamento das escolas deve ser prioritário em relação ao prosseguimento da providência cautelar interposta pela UNISELF, S.A., e estando reunidas as condições e os fundamentos necessários, submeteu à aprovação uma resolução de declaração de interesse público, nos termos do art.º 128º, nº 1, do Código do Processo dos Tribunais Administrativos (CPTA), reconhecendo que o diferimento da execução do ato de adjudicação com vista à celebração do contrato de fornecimento de refeições para as escolas do 1º ciclo e jardins de infância do concelho de Abrantes, em razão da instauração da mencionada providência cautelar, se mostra gravemente prejudicial para o interesse público.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**Deliberação Aprovada em Minuta:** Por unanimidade, aprovada a proposta de resolução de reconhecimento que o diferimento da execução do ato administrativo, nomeadamente, adjudicação e contratação, seria gravemente prejudicial para o interesse público.

Ao serviço jurídico para proceder em conformidade.

Pl  
C

**Nº 25** - Em seguida, a Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

*"A Câmara Municipal de Abrantes, conforme sua deliberação de 6/2/2012, propôs-se lançar o procedimento referente à empreitada de "Remodelação do Edifício do INOV.POINT - CIIDE para instalação do LINE.IPT, Laboratórios de Inovação Industrial e Empresarial no Tecnopolo - Abrantes". Em razão da restrição das candidaturas de apoio externo, constata-se, hoje, que não pode a CMA levar a efeito tal empreitada.*

*Verifica-se, entretanto, que a Associação TAGUSVALLEY— Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Tecnopolo tem condições para efetuar as obras. Nesse sentido, foi ponderada a cedência à Associação do projeto aprovado pela CMA em 6/12/2011.*

*Em conformidade, propõe-se que a CMA aprove a cedência do projeto dos laboratórios do Inov Point à Associação Tagusvalley — Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Tecnopolo, que o Município de Abrantes integra, podendo a obra ser desenvolvida por esta Associação."*

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**Deliberação Aprovada em Minuta:** Por unanimidade, aprovada a proposta de deliberação de declaração de interesse público.



**Nº 26** – Apresentou uma informação da Divisão Financeira, datada de 3 de outubro de 2012, acerca da comparticipação no projeto que se encontra a ser desenvolvido pela CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, para todos os municípios que a integram, designado por "Projeto PIAL - Programa Intermunicipal de Acessibilidade Local-Componente Planos Locais de Promoção de Acessibilidades", cuja despesa do Município de Abrantes inerente ao ano de 2012, ascende a 11.457,70€ (onze mil quatrocentos e cinquenta e sete euros e setenta cêntimos), sendo que, o valor total da CIMT, é de 28.768,50€ (vinte e oito mil setecentos e sessenta e oito euros e cinquenta cêntimos). – 80112

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**Deliberação Aprovada em Minuta:** Por unanimidade, aprovar a comparticipação do Município de Abrantes, no valor de 11.457,70€ (onze mil quatrocentos e cinquenta e sete euros e setenta cêntimos), de acordo com a referida informação da Divisão Financeira.



**Nº 27** – Apresentou outra informação da Divisão Financeira, datada de 3 de outubro de 2012, acerca da comparticipação no projeto que se encontra a ser desenvolvido pela CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, para todos os municípios que a integram,

designado por "Plataforma Tecnológica. Transporte a Pedido", cuja despesa do Município de Abrantes inerente ao ano de 2012, ascende a 4.021,36€ (quatro mil vinte e um euros e trinta e seis cêntimos), sendo que, o valor total da CIMT é de 60.016,08€ (sessenta mil dezasseis euros e oito cêntimos). – 80000

Al  
C

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**Deliberação Aprovada em Minuta:** Por unanimidade, aprovar a comparticipação do Município de Abrantes, no valor de 4.021,36€ (quatro mil vinte e um euros e trinta e seis cêntimos), de acordo com a referida informação da Divisão Financeira.



**Nº 28** – A Presidente da Câmara apresentou mais uma informação da Divisão Financeira, datada de 3 de outubro de 2012, acerca da comparticipação no projeto que se encontra a ser desenvolvido pela CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, para todos os municípios que a integram, designado por "Central de Compras da CIMT", cuja despesa do Município de Abrantes inerente ao ano de 2012, ascende a 13.958,54€ (treze mil novecentos e cinquenta e oito euros e cinquenta e quatro cêntimos), sendo que, o valor total da CIMT é de 91.635,00€ (noventa e um mil seiscientos e trinta e cinco euros). – 79984

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**Deliberação Aprovada em Minuta:** Por unanimidade, aprovar a comparticipação do Município de Abrantes, no valor de 13.958,54€ (treze mil novecentos e cinquenta e oito euros e cinquenta e quatro cêntimos), de acordo com a referida informação da Divisão Financeira.



**Nº 29** – Apresentou igualmente uma informação da Divisão Financeira, datada de 3 de outubro de 2012, acerca da comparticipação no projeto que se encontra a ser desenvolvido pela CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, para todos os municípios que a integram, designado por "Licenciamento de Software ao abrigo do acordo Microsoft Enterprise Agreement 2012", cuja despesa do Município de Abrantes inerente ao ano de 2012, ascende a 8.938,32€ (oito mil novecentos e trinta e oito euros e trinta e dois cêntimos), sendo que, o valor total da CIMT é de 54.531,35€ (cinquenta e quatro mil quinhentos e trinta e um euros e trinta e cinco cêntimos). – 84511



Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Q1  
Q2

**Deliberação Aprovada em Minuta:** Por unanimidade, aprovar a comparticipação do Município de Abrantes, no valor de 8.938,32€ (oito mil novecentos e trinta e oito euros e trinta e dois cêntimos), de acordo com a referida informação da Divisão Financeira.



**Nº 30** – Apresentou também uma informação da Divisão Financeira, datada de 3 de outubro de 2012, acerca da despesa no montante 32,88€ (trinta e dois euros e oitenta e oito cêntimos), referente à participação de técnicos da Divisão Financeira na reunião da área financeira realizada pela CIMT em 25 de junho de 2012. - 89273

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**Deliberação Aprovada em Minuta:** Por unanimidade, aprovar a comparticipação do município de Abrantes, no valor de 32,88€ (trinta e dois euros e oitenta e oito cêntimos), de acordo com a referida informação da Divisão Financeira.



**Nº 31** – A Presidente da Câmara apresentou ainda, uma informação da Divisão Financeira, datada de 3 de outubro de 2012, acerca da comparticipação do Município de Abrantes nas despesas da ADACA para gestão do Canil/Gatil Intermunicipal (entrada de animais e despesas de funcionamento), até final de 2012, cujo montante estimado, ascende a 3.700,00€ (três mil setecentos euros). - 78502

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**Deliberação Aprovada em Minuta:** Por unanimidade, aprovar a transferência do montante estimado em 3.700,00€ (três mil setecentos euros), até final do ano de 2012, nos termos da referida informação da Divisão Financeira.



**Nº 32** – Apresentou igualmente uma informação da Divisão Financeira, datada de 3 de outubro de 2012, acerca do pedido do Centro Social do Município de Abrantes, para comparticipação nas despesas com a realização das ceias de Natal de 2010 e 2011, no

*li*  
*ca*

montante de 5.264,30€ (cinco mil duzentos e sessenta e quatro euros e trinta cêntimos). – 83797

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**Deliberação Aprovada em Minuta:** Por unanimidade, aprovar a comparticipação do município de Abrantes, no valor de 5.264,30€ (cinco mil duzentos e sessenta e quatro euros e trinta cêntimos), de acordo com a referida informação da Divisão Financeira.



**Nº 33** – A Presidente da Câmara apresentou uma informação da Divisão Financeira, datada de 3 de outubro de 2012, a solicitar autorização para proceder ao reforço da verba a atribuir ao Centro Cívico Cultural e Desportivo de Alferrarede Velha, referente à 3ª e 4ª tranches, no âmbito do programa de financiamento do FINDESP 2011/2012, no montante de 450,00€ (quatrocentos e cinquenta euros) cada, tendo em conta a qualificação da equipa para a fase final distrital. – 88035

A Presidente da Câmara aproveitou para referir que o Centro Cívico Cultural e Desportivo de Alferrarede Velha disputou e venceu no sábado a final de pré-qualificação para o INATEL, sendo, portanto, com grande entusiasmo que se vê esta equipa nesta competição.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**Deliberação Aprovada em Minuta:** Por unanimidade, autorizar o reforço da verba a atribuir ao Centro Cívico Cultural e Desportivo de Alferrarede Velha, referente à 3ª e 4ª tranches, no âmbito do programa de financiamento do FINDESP 2011/2012, no montante de 450,00€ (quatrocentos e cinquenta euros) cada, de acordo com a referida informação da Divisão Financeira.



**Nº 34** – A Presidente da Câmara apresentou, na sequência de pedido do Hotel Turismo de Abrantes, a seguinte proposta de deliberação:

*"Ao abrigo da alínea 1) do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18/9, na redação da Lei n.º 5-A/2002 de 11/1 pode a Camara Municipal, mediante deliberação autorizadora da Assembleia Municipal, adquirir, alienar ou onerar bens imoveis de valor superior a 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, fixando as respetivas condições gerais, podendo determinar, nomeadamente, a via da hasta pública, bem*

OL  
Cite

como bens ou valores artísticos do município, independentemente do seu valor, sem prejuízo do disposto no n.º 9 do artigo 64.º.

Considerando que a existência do Hotel é fonte de permanência temporária de visitantes, com o consequente benefício no tecido económico local;

Considerando que não abundam em Abrantes equipamentos similares suficientes para a procura de alguma exigência de serviços, nem existe disputa entre os operadores nas ofertas para captação de fluxos turísticos, como no litoral;

Considerando também que é necessário incentivar as atividades com efeito multiplicador económico local, constituindo atribuição do Município, nos termos da alínea n) do artigo 13.º da Lei 159/99 de 14/9, a promoção do desenvolvimento,

Considerando que o equipamento das piscinas descobertas se encontra há anos desativado, pela substituição operada pelas do complexo desportivo, não sendo economicamente viável a sua reativação;

Propõe-se que a CMA seja autorizada a vender o espaço assinalado em planta anexa, com a área de 4685 m<sup>2</sup>, pelo preço de 5.856,25 € (que se considera simbólico, em face da avaliação efetuada — 1,25/ m<sup>2</sup>), mas sujeito as seguintes contrapartidas, que são condição essencial do negócio, produzindo esta os efeitos resolutivos decorrentes do artigo 270.º e 274.º n.º1 do Código Civil, ou seja, exigindo-se a reversão, caso o projeto não seja cumprido, dada a função não mercantil dos terrenos disponibilizados pelo município, sendo obrigatoriamente sujeitas a registo:

a) Deve o investimento sobre o espaço vendido ser apresentado a licenciamento, no prazo de 6 meses, e a obra estar concluída no prazo de 2 anos a partir da notificação desta deliberação;

b) O edifício localizado sobre a parcela deve manter-se com a função e uso de hotel (turístico) pelo período mínimo de 30 anos.

Para além da cláusula resolutiva referida, a sociedade promotora incluindo sempre a exploradora do hotel, obriga-se a proceder a manutenção dos espaços verdes envolventes, constantes de planta anexa, devendo propor a sua requalificação, sendo a mesma sujeita a controlo prévio pela Câmara Municipal. Compromete-se igualmente a manter os espaços verdes e equipamentos em bom estado de conservação, de acordo com o plano de manutenção a entregar pela Câmara Municipal, de modo a ser plena e livremente usufruível pelo público durante aquele período. Em caso de incumprimento, depois de notificada para proceder a beneficiação e manutenção, se aquele se mantiver, a CMA fará a manutenção e beneficiação, mas a expensas da Sociedade, servindo de título executivo a aceitação desta deliberação e a notificação dos encargos tidos em substituição da entidade promotora.

Em alternativa a reversão prevista, que se opera sem entrega de indemnização, a Câmara Municipal poderá aceitar indemnização pelo valor da diferença entre aquele simbólico por que foi vendido pela Câmara Municipal, e o valor da avaliação de 720.000,00€, atualizado pelo valor da inflação (99,19% do valor total do terreno atualizado)."

A Presidente da Câmara agradeceu a presença e solicitou a intervenção do Administrador do Hotel Turismo de Abrantes, Carlos Marques, no sentido de apresentar o estudo prévio destinado à ampliação daquela unidade hoteleira, representado um aumento de 69 quartos.

O vereador Carlos Arês chamou a atenção para o impacto visual que o alçado vertical pode implicar.

EL  
C

O vereador Belém Coelho disse que os vereadores eleitos pelo PSD se congratulam pelo investimento, mas alertou para o facto de o assunto ter sido trazido em mãos, quando decisões desta envergadura não devem ser tomadas na hora, embora tudo os leve a indicar que o investimento é sério.

Perguntou também a consequência deste investimento face ao projeto previsto para o antigo campo de futebol do Barro Vermelho e disse que esta alienação já tinha sido proposta pela anterior direção do hotel.

A Presidente da Câmara esclareceu que não foi considerada a proposta apresentada pela anterior direção, porque veio ao conhecimento da câmara de que era intenção da mesma colocar para venda os apartamentos novos. Relativamente ao projeto para o Barro Vermelho disse que a perceção da Câmara é de que o investimento é, neste momento, muito difícil por parte do promotor.

Esclareceu que, de facto, esta negociação já começou há algum tempo, mas que foi necessário precipitar esta aprovação, após a manifestação formal do interesse por parte da administração, por forma a salvaguardar ao Hotel Turismo de Abrantes a obtenção de financiamento no âmbito do QREN. Neste momento, está salvaguarda a posição de todos os intervenientes neste processo.

O vereador Carlos Arês disse entender a preocupação dos vereadores eleitos pelo PSD, mas que percebe o recato que este tipo de situações deve ter e salientou que considera a recuperação e ampliação deste hotel muito importante para a cidade de Abrantes, e mesmo a nível regional, e que até irá permitir a organização de iniciativas que hoje não podem ser realizados.

Alertou também para o facto de ter que ser analisada a eventual desafetação do domínio público de algumas parcelas do terreno em causa.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**Deliberação Aprovada em Minuta:** Por unanimidade, autorizar a alienação do terreno pelo valor de 5.856,25€ (cinco mil oitocentos e cinquenta e seis euros e vinte e cinco cêntimos), nos termos apresentados na proposta da Presidente da Câmara, ao Hotel Turismo de Abrantes, a remeter à aprovação da Assembleia Municipal.

Devem os serviços salvaguardar a eventual necessidade de desafetação de terrenos do domínio público.

Os vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, apresentaram a seguinte declaração:

*"Os vereadores eleitos pelo PSD votam favoravelmente esta deliberação porque sempre defenderam esta solução, tendo sido, inclusive, motivo de grande preocupação sua quando souberam que ao hotel podia ser dado outro destino.*

*No entanto, os vereadores eleitos pelo PSD votam a presente deliberação com alguma reserva e sob protesto, porque fomos, mais uma vez, apanhados de surpresa com uma*

*proposta de deliberação apresentada em cima da hora e sem constar da ordem de trabalhos, o que nos impede de avaliar com rigor todos os contornos da deliberação."*



**Nº 35** - A Presidente da Câmara, no âmbito da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica – Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, deu conta dos pareceres emitidos pelas Assembleias de Freguesia de Alferrarede, Alvega, Carvalhal, Mouriscas, Pego, Rossio ao Sul do Tejo, São Facundo, São Miguel do Rio Torto e Souto, sendo que algumas delas já tinham sido remetidas à Câmara Municipal, para conhecimento.

Em seguida, apresentou uma proposta de parecer a emitir pela Câmara Municipal, nos termos do nº 2 do artº 11º da Lei nº 22/2012, de 30 de Maio, que a seguir se transcreve:

*"A Lei 22/2012 fixa o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica consagrando, entre outros aspetos, a obrigatoriedade da reorganização administrativa do território das freguesias. Sobre esta matéria em concreto, importa antes de mais referir:*

- 1. As Freguesias constituem a unidade político-administrativa mais próxima dos cidadãos. Os órgãos que as representam são eleitos, e não nomeados, representando nessa medida as justas aspirações dos cidadãos que as elegeram. Constituem um pilar fundamental do exercício do poder democrático, e do poder local, e conferem identidade e coesão territorial uma vez que organizam as diferentes Histórias e culturas dos seus cidadãos;*
- 2. As competências atribuídas às Juntas de Freguesia, em nenhum tempo se podem confundir com as competências atribuídas aos municípios. Elas assentam precisamente nessa relação de proximidade e, apesar de não assentarem numa estrutura de gestão complexa, garantem o suprimento diário de necessidades básicas que interferem decisivamente na qualidade de vida dos cidadãos. Além do mais, e nomeadamente junto das populações mais vulneráveis, a intervenção das Freguesias assume uma importância fundamental, a um tempo pela capacidade de contenção de situações pela dinâmica local que é capaz de gerar na procura das soluções – veja-se o exemplo das comissões locais de freguesia – e a outro tempo, porque funciona, legitimamente, como amplificador dos problemas e anseios das Pessoas que habitam os seus territórios;*
- 3. O modelo de reforma agora proposto assenta numa premissa que consideramos errada e grave – é um modelo que resulta de uma visão central e não contempla a participação local, nem das Freguesias nem das Pessoas. Não é um modelo participado e, não o sendo, limita-se a utilizar critérios numéricos - a reorganização territorial não pode ser uma questão de "escala" nem de dimensão! Não pode ser realizada de forma isolada, sendo fundamental para a definição de um novo mapa administrativo, além da vontade expressa das populações, a definição de questões, também elas estruturantes, como sejam a Lei eleitoral, a Lei das Finanças Locais e o Regime de atribuições e competências das Autarquias Locais*

21  
C

*A reforma administrativa que queremos, e que há muito vem sendo adiada, tem que se estruturar em primeiro lugar em torno do seu único e real objetivo – a melhoria da qualidade de vida das Pessoas.*

*A reforma administrativa que queremos, tem de promover a equidade e a coesão dos territórios como forma de promover a coesão do país e não pode ser feita à margem das Pessoas e das entidades que elas, soberana e democraticamente, escolheram para fazer a gestão dos seus Territórios.*

*A reforma agora proposta não assenta nestas premissas e, como tal, não se pode entender como uma verdadeira reforma do poder local, que julgamos necessária para melhor servir a população.”*

O vereador Carlos Arês teceu algumas considerações relativamente a esta reforma administrativa, que disse ser uma consequência da crise financeira. Disse que o Governo atual errou na forma como pensou esta reforma que, com imensa falta de coragem, ficou pelas freguesias. Julga ser difícil prosseguir com uma reforma que gera tantas resistências.

Por outro lado, criticou também a postura do PS, que primeiro assinou o memorando e agora disse que não concordava com o modelo. Os dois grandes partidos erraram neste processo.

Resumidamente disse que, em Portugal, ao longo os últimos dois séculos, tem vindo a alterar-se as divisões administrativas, sem nunca se ter chegado ao modelo sério.

Subscreveu o referido na proposta de parecer apresentada, no que diz respeito à definição de uma perspetiva global que abranja não só as freguesias, mas toda a realidade administrativa, abaixo da administração central.

Deu exemplo de uma proposta apresentada pelo Partido Popular Monárquico em sede de discussão sobre regionalização que foi, de certa forma, ridicularizada, que apresentava o país dividido em mais de 40 regiões, correspondendo a uma estrutura de agrupamento de municípios. Fez algumas considerações sobre a aglomeração de municípios.

Referiu-se ainda a alguns cenários possíveis face à aprovação ou não desta reforma.

Disse ser contra esta reforma, por isso votar a favor do parecer proposto. Não que seja contra a agregação de algumas freguesias urbanas, porque acha que na cidade apenas uma, ou nenhuma, seria adequado, na medida em que existe sobreposição de competências com a Câmara Municipal. Mas as freguesias rurais devem manter-se.

Terminou questionando qual a visão do atual executivo, uma vez que em sede de revisão do PDM constata-se que alguns mapas apontam no sentido de agregações.

Os vereadores eleitos pelo PSD leram uma proposta (que se anexa à presente ata a título de declaração de voto).

A Presidente da Câmara disse que o que está aqui em causa é a emissão de um parecer por parte da Câmara Municipal a apresentar à Assembleia Municipal. Se a Câmara Municipal for a favor da agregação deve então apresentar uma proposta de agregação.

Teceu também alguns comentários sobre esta reforma administrativa, nomeadamente sobre a necessidade de enquadramento desta reforma com outras alterações em matérias que lhe estão obrigatoriamente interligadas – ordenamento do território, lei eleitoral, finanças locais, etc.

Esclareceu o vereador Carlos Arês que esta questão do PDM já havia sido abordada noutra situação. É pena que as pessoas não participem nas sessões públicas sobre estas matérias,

01  
C

porque depois são retiradas do contexto algumas expressões. O que foi dito é que há a perceção, e os dados preliminares dos Censos 2011 confirmam-no, que a população das freguesias diminuiu e que só as freguesias urbanas aumentaram a sua população. Por isso importa olhar para o território numa perspetiva diferente. Pese embora se trabalhe no PDM de maneira a permitir consolidar os perímetros urbanos todos, incentivando à reabilitação do património existente, sabemos que é impossível hoje continuar a ter tudo em todo o lado. Este trabalho tem que ser feito com tempo e o PDM é uma estratégia para um desenvolvimento que se quer integrado, não é uma antevisão à reforma administrativa. As freguesias devem ser mantidas na sua relação de proximidade, até para permitir que os cidadãos tenham igualdade de oportunidades, independentemente de estarem numa ou outra freguesia. Sobre o PDM disse ainda que não consegue também perceber porque é que muitos municípios se encontram em fase de revisão sem que haja uma obrigatoriedade de os municípios mais próximos agirem de forma concertada e com base nos mesmos pressupostos, por forma a não fazer, por exemplo, os mesmos equipamentos em todos eles.

Terminou referindo que considera que esta reforma é avulsa, apenas para cumprir itens do memorando, mas que não serve para reduzir gastos e deixa mais desprotegidos os cidadãos.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**Deliberação Aprovada em Minuta:** Por maioria, com os votos contra dos vereadores eleitos pelo PSD, aprovada a proposta de parecer a remeter à Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no nº 2 do artº 11º da Lei nº 22/2012, de 30 de Maio.

Os vereadores eleitos pelo PSD apresentaram uma declaração de voto que se anexa à presente ata.



#### **VEREADOR MANUEL JORGE VALAMATOS**

O vereador Manuel Valamatos deu conta do já referido pela Presidente Câmara relativamente ao torneio INCUP. Disse que nos jogos finais a Amoreira venceu o Carvalhal e o que o Centro Cívico de Alferarrede Velha ganhou a Alvega na final do INCUP 2012. Foi um torneio que totalizou 25 jogos e foi também uma festa do futebol e das comunidades envolvidas que contou também com a atuação do Rancho Folclórico de Rio de Moinhos. Espera que tenha sido uma boa preparação para o campeonato do INATEL.

#### **Tomado conhecimento.**



## VEREADOR CARLOS ARÊS

O vereador Carlos Arês dirigiu, verbalmente, um pedido de esclarecimento aos vereadores eleitos pelo PSD, a propósito de declarações publicadas proferidas pelo vereador Santana Maia relativamente ao assunto do encerramento da EB de São Facundo.

Foi esclarecido pelo vereador Santana Maia de que se tratava de um artigo escrito a título pessoal e não enquanto Vereador da Câmara Municipal.

A Presidente da Câmara disse que este assunto não deveria ser discutido na reunião de câmara, mas sim a título particular.

O vereador Carlos Arês disse que não se tratava do exercício do direito de resposta, mas sim de um direito seu de se pronunciar sobre um facto político antes da ordem do dia.

Disse que gostaria que o vereador Santana Maia fizesse um esforço para se informar sobre o que se passou relativamente ao encerramento da EB São Facundo e à posição das pessoas. E gostava que não usasse expressões que insultam, quer a população de São Facundo, quer as pessoas que, no âmbito da sua atividade política municipal, enquanto vereadores ou membros da Assembleia Municipal assumiram uma posição relativamente a este assunto. Não usasse expressões como "só quem não vive neste mundo" ou "no seu juízo perfeito", porque chega! Há limites para tudo. Cada um tem as suas posições que devem ser respeitadas. Disse não fazer comentários às posições das outras pessoas, mas tem que fazer comentários quando comentam as suas posições.

Para dar este assunto como encerrado, por causa das atas, e das correções feitas às atas, disse que leu com atenção uma ata anterior, onde leu que os vereadores estranham estas posições porque havia uma "cumplicidade estranha entre o vereador Carlos Arês e a senhora Presidente da Câmara". Disse que há mínimos para a decência na atuação política e, se há alguma estranheza, é da sua parte. Gostaria que os vereadores do PSD explicassem o que é "uma cumplicidade estranha". É financeira? É político-partidária? É da cunha? É do amiguismo? É daquelas coisas por baixo da mesa? Gostaria de saber qual foi a sua atitude que denunciase uma "cumplicidade estranha" com a senhora Presidente e o que é que isso quer dizer. Vivemos num mundo em que temos famílias e envolvimento pessoais e sociais e as pessoas leem esta expressão. Não aceita que este tipo de insinuaçãozinha a propósito de uma discordância entre o vereador Carlos Arês e a Presidente da Câmara havida nos termos e nos locais próprios. Não aceita que se venha lançar uma setinha de veneno para deixar espalhado um perfume que ninguém percebe muito bem o quê é e que toda a gente pode ficar a pensar o que quiser. Já chega. De uma vez por todas pare-se com este tipo de bicadas, de insinuações e de interferências e cada um faça o seu trabalho. Paremos com os comentários laterais.

Disse ainda que, como já não é a primeira vez que estas coisas acontecem, sentiu necessidade de falar nisso aqui. Pediu desculpa por usar o período antes da ordem do dia para falar nisto, mas tinha que o fazer por uma questão de honra.

O vereador Santana Maia Leonardo ditou para a ata a seguinte declaração:

*"Em primeiro lugar, os vereadores eleitos pelo PSD limitaram-se por duas vezes, e através de intervenções escritas, a manifestar a sua opinião sobre o encerramento da Escola de São*

*Ata da reunião de -08- de -outubro de 2012*





*Facundo. Ou seja, nunca trouxeram o assunto à reunião de câmara e limitaram-se a, através de uma intervenção escrita, a dar conta da sua opinião. Todos os vereadores tiveram conhecimento e acesso à sua intervenção, pelo que se havia alguma coisa a dizer deveria ter sido feito e perguntado nessas reuniões. Neste momento, é extemporâneo trazer a lume declarações retiradas do contexto em que elas foram proferidas para tentar lançar sobre os vereadores do PSD o ónus de terem pretendido denegrir outros vereadores ou a senhora Presidente da Câmara. Os vereadores eleitos pelo PSD limitaram-se a manifestar a sua opinião e se houvesse algum dado na sua intervenção que merecesse ser esclarecido deveria ter sido na altura e no contexto em que o mesmo foi proferido. Relativamente à resposta em sede de reunião de câmara a um artigo de opinião, escrito em nome pessoal, pelo vereador Santana Maia, o mesmo reflete a sua opinião pessoal e apenas a ele o vincula, pelo que trazer o assunto a reunião de camara é absolutamente desadequado, tendo até em conta que o vereador Santana Maia está aqui investido com outras funções."*



#### **VEREADOR SANTANA-MAIA LEONARDO**

O vereador Santana-Maia Leonardo, em nome dos vereadores eleitos PSD, apresentou um pedido de esclarecimentos sobre os Bombeiros de Abrantes que, por ser extenso, se anexa à presente ata.

A Presidente da Câmara ironizou que os vereadores estudaram muito bem este assunto, já que neste momento há uma posição dentro dos bombeiros profissionais que está a pôr em causa os próprios bombeiros voluntários e percebe-se que este assunto foi trazido intencionalmente à câmara e à opinião pública. O protocolo referido esteve presente para aprovação na Câmara Municipal.



#### **ORDEM DO DIA**

(Artigo 87º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

**Nº 1 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara,** apresentou a moção, aprovada no passado dia 26 de setembro, pela Junta e Assembleia de Freguesia de Alferrarede, intitulada "A Reforma Local Desnecessária", propondo a revogação da Lei nº 22/2012, que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial. - 91004

#### **Tomado conhecimento.**



**Nº 2 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 02 de outubro de 2012, a autorizar a utilização do Palácio dos Governadores do Castelo de Abrantes, para a realização de cerimónia escutista no

Ata da reunião de -08- de -outubro de 2012

CL  
C

dia 29 de setembro de 2012, levada a efeito pelo Agrupamento 697 do Corpo Nacional de Escutas, com sede em Rossio ao Sul do Tejo, Abrantes. - 90294

**Deliberação:** Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.

## **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

### **Divisão Administrativa e de Modernização**

**Nº 3 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo para aprovação a dispensa do pagamento das taxas correspondentes a diversos licenciamentos de atividades, conforme lista abaixo:

Proc.º	Entidade	Evento	Data	Taxa	Valor
89504	Casa do Povo de São Miguel do Rio Torto	Festa da Rádio Tágide	5 e 6 de outubro de 2012	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ruído;</li> <li>• Afixação de cartazes.</li> </ul>	25,04€

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, conforme lista acima, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar as requerentes que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que procedam, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.



### **Divisão Jurídica**

**Nº 4 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara** apresentou o ofício nº 46 da Assembleia Municipal de Abrantes, datado de 25 de setembro de 2012, que remete as deliberações aprovadas em minuta na Sessão Ordinária realizada no dia 21 de setembro do corrente ano, referentes aos assuntos que a seguir se discriminam: - 90347

- Regulamento de Hortas Comunitárias; - 84248
- Derrama para 2013; - 87912
- IMI para 2013; - 87912
- Imposto Municipal sobre Imóveis degradados dos Centros Históricos de Abrantes e Rossio ao Sul do Tejo - Majoração; - 87910

Cl  
Cl

- IRS a liquidar em 2014; - 87912
- Aquisição de Serviços de Segurança e Vigilância para Edifícios Municipais; - 51759
- Procedimento pré-contratual para aquisição de eletricidade (MT) – Serviços Municipalizados de Abrantes; - 88128
- Procedimento pré-contratual para aquisição de combustíveis; - 88126
- Declaração de Interesse Público Municipal – Projetos de preservação e recuperação de práticas e tradições culturais – Palha de Abrantes; - 87429
- Declaração de Interesse Público Municipal – Instalação de dois picadeiros descobertos, Freguesia de Pego – VDF Vale de Ferreiros – Agro-Turismo, Lda.; - 88215
- Acordo de Pagamento com os Serviços Municipalizados – LCPA 2012; - 87975
- Alienação de parcela de terreno s Mitsubishi Fuso; - 60890
- Doação do direito de superfície do antigo jardim de infância de Arrifana (Carvalhal) à Associação de Agricultores de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação; - 82893
- Autorização para celebração de Protocolos de colaboração, entre a Câmara Municipal de Abrantes, e as Juntas de Freguesia de Alvega, Bemposta, Carvalhal, Rio de Moinhos, S. Vicente e Tramagal – Transportes Escolares; - 87333
- Transportes Escolares – Rodoviária do Tejo; - 85998
- Autorização de despesas plurianuais – Atividades de Enriquecimento Curricular para os alunos do 1º CEB do Concelho de Abrantes, para o ano letivo 2012/2013; - 87733
- Autorização de despesas plurianuais – atividades de apoio à família, e autorização para celebração de Protocolos com as respetivas Juntas de Freguesia; - 87350
- Atribuição de despesas de representação aos dirigentes municipais. - 89185

#### **Tomado conhecimento.**



**Nº 5 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano,** remetendo para aprovação do órgão executivo, a minuta do contrato de cedência de exploração do edifício situado na Margem Norte do Rio Tejo – Freguesia de S. João – Aquapolis, para desenvolvimento de atividades de lazer ou outros indutores de atratividade de públicos, a celebrar entre o Município de Abrantes e a sociedade Catarino & Mateus, Lda.. - 78231

21  
22

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar referida minuta de contrato de cedência, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

Ao Serviço de Contencioso Notariado e Contratos da Divisão Jurídica, para os devidos efeitos.



**Nº 6 - Proposta de Deliberação Presidente da Câmara,** referente a uma informação do Diretor de Departamento de Administração e Finanças, datada de 24 de agosto de 2012, acerca da comunicação da empresa Branco Útil, gestora de condomínio, do Bloco D, sito na Rua Cidade de Parthenay, Encosta da Barata, referindo se encontra em falta o pagamento das quotas de condomínio referentes às frações 3º B e 4º D, propriedade da Câmara Municipal, propõe o seguinte: - 84282

- a) Quanto ao 4º D, que os encargos sejam suportados pela Câmara, enquanto proprietária;
- b) Quanto ao 3º B, que se notifique a empresa Branco Útil no sentido de solicitarem aos arrendatários o pagamento da dívida ao condomínio, pois é da sua responsabilidade tal pagamento.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar nos termos da informação do Diretor de Departamento de Administração e Finanças.



## **Divisão Financeira**

**Nº 7 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara,** apresentou a listagem de processos de despesa realizada em agosto de 2012, ao abrigo do parecer genérico para 2012 aprovado na reunião da Câmara Municipal de 23 de janeiro de 2012, e para cumprimento do disposto no nº 3 do artigo 2º da Portaria nº 9/2012, de 10 de janeiro, que regula os termos e a tramitação do parecer prévio à contratação previsto na LOE 2012. - 84874

**Tomado conhecimento.**



**Nº 8 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** respeitante a uma informação da Divisão Financeira, que remete, para aprovação, a 8ª proposta de alteração orçamental 2012, da Câmara Municipal de Abrantes. - 91385

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovada a referida alteração orçamental, nos termos da informação da Divisão Financeira.

Pl  
at

**Nº 9 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** respeitante a uma informação da Chefe de Divisão Financeira, datada de 02 de outubro de 2012, que remete para aprovação, a transferência do montante de 35,41€ (trinta e cinco euros e quarenta e um cêntimos), para a CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, referente a despesa inerente à participação de elementos da Divisão Financeira na sessão técnica de 26 de setembro de 2011, destinada a técnicos das áreas financeiras dos municípios que integram a CIMT. - 78258

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a transferência de 35,41€ (trinta e cinco euros e quarenta e um cêntimos), para a CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, nos termos da referida informação.

À Divisão Financeira para proceder em conformidade.



**Nº 10 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** respeitante a uma informação da Chefe de Divisão Financeira, datada de 02 de outubro de 2012, que remete para aprovação, a transferência do montante de 32,88€ (trinta e dois euros e oitenta e oito cêntimos), para a CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, referente a despesa inerente à participação de elementos da Divisão Financeira na sessão técnica de 12 de março de 2012, destinada a técnicos das áreas financeiras dos municípios que integram a CIMT. - 78257

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a transferência de 32,88€ (trinta e dois euros e oitenta e oito cêntimos), para a CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, nos termos da referida informação.

À Divisão Financeira para proceder em conformidade.



**Nº 11 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** respeitante a uma informação da Chefe de Divisão Financeira, datada de 02 de outubro de 2012, que remete para aprovação, a transferência do montante de 2.364,42€ (dois mil trezentos e sessenta e quatro euros e quarenta e dois cêntimos), para a CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, referente a despesa inerente ao projeto "Afirmação Territorial do Médio Tejo". - 82217

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a transferência de 2.364,42€ (dois mil trezentos e sessenta e quatro euros e quarenta e dois cêntimos), para a CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, nos termos da referida informação.

À Divisão Financeira para proceder em conformidade.

21  
21

## DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

### **Divisão de Desporto e Juventude**

**Nº 12 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** respeitante a uma informação da Divisão Financeira, datada de 21 de setembro de 2012, referindo que, de acordo com o nº 23, da Linha 2, dos Critérios de Apoio, das normas regulamentares, do Programa de Financiamento – FINJOVEM 2012, o prazo para recebimento do apoio ao evento IX Escapadinha dos Mourões, já se encontra ultrapassado. No entanto, dado este prazo ter coincidido com o fim de ano escutista e mudança de Direção no Agrupamento 697 CNE - de Rossio ao Sul do Tejo, a entidade solicitou prorrogação de prazo para entrega do relatório. A ser autorizada a prorrogação, encontra-se a associação em condições de receber o apoio integral no valor de 2.300€ (dois mil e trezentos euros). - 89655

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar a prorrogação de prazo para entrega do relatório, bem como o pagamento integral do apoio valor de 2.300€ (dois mil e trezentos euros), de acordo com a referida informação da Divisão Financeira.



**Nº 13 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** respeitante a uma informação da Divisão de Desporto e Juventude, que remete para aprovação, a candidatura do clube desportivo "Os Patos" ao Programa de financiamento FINDESP 2011/2012 – linha 3, referente à participação dos atletas, Francisca Laia e António Trigo no Campeonato da Europa de Canoagem, no escalão de juniores, em Montemor-o-Novo. O montante de apoio a atribuir é de 450,00€ (quatrocentos e cinquenta euros). – 88043

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a candidatura, bem como o pagamento do apoio no valor de 450,00€ (quatrocentos e cinquenta euros) nos termos da referida informação da Divisão de Desporto e Juventude.

## DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

### **Divisão de Projetos e Empreitadas**

**Nº 14 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano,** referente à informação nº 160 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 20 de setembro de 2012, acerca da vistoria efetuada à empreitada de "Alterações ao Centro Escolar de Bemposta - Abrantes", adjudicada a José Manuel Silva Fidalgo, para efeitos de receção provisória.



**Deliberação:** Por unanimidade, aprovado o auto de receção provisória, devendo-se proceder à elaboração da conta da empreitada, nos termos do disposto nos artigos 399º e seguintes Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de Janeiro.



**Nº 15 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano,** referente à informação nº 163 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 26 de setembro de 2012, acerca da vistoria realizada à empreitada de "Estacionamento na Rua Nossa Senhora da Conceição - Abrantes", adjudicada à sociedade comercial Mendes & Gonçalves S.A., para efeitos de receção definitiva.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovado o auto de receção definitiva, devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



**Nº 16 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano,** referente à informação nº 178 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 02 de outubro de 2012, acerca da vistoria realizada à empreitada de "Projeto de Execução e Respetiva Empreitada da Obra do Açude Insuflável no Rio Tejo", adjudicada ao Consórcio MSF/LENA/SETH - Açude no Rio Tejo, em Abrantes, para efeitos de receção definitiva parcial.

**Deliberação:** Por unanimidade, indeferir a reclamação exarada no auto de vistoria por parte do consórcio e notificar o consórcio, nos termos do nº 3 do artº 219º, por força do disposto no nº 3 do artº 227º do Decreto-Lei nº 59/99, de 2 de março.

Aprovar o auto de receção definitiva parcial, recebendo-se os trabalhos que se consideram em condições de serem recebidos definitivamente, com exceção dos trabalhos da comporta insuflável do vão 1, no montante de 160.846,13€, devendo proceder-se à libertação das garantias, abaixo discriminadas, relativas aos trabalhos recebidos:

- Caução Garantia - Apólice nº 100004044/200, no valor de 322.018,61€, da Companhia de Seguros COSEC, datada de 25-06-2004;
- Garantia nº 05/145/26406, no valor de 8.268.93€, do BPI, datada de 25-05-2005;
- Caução Garantia - Apólice nº 100007365/200, no valor de 120.000,00€, da Companhia de Seguros COSEC, datada de 08-09-2005;
- Caução Garantia - Apólice nº 100007849/200, no valor de 120.000,00€, da Companhia de Seguros COSEC, datada de 08-11-2005;
- Caução Garantia - Apólice nº 100007850/200, no valor de 81.359.14€, da Companhia de Seguros COSEC, datada de 08-11-2005;

Quanto aos trabalhos não rececionados deverá ser reduzida /atualizada a Caução Garantia - Apólice nº 100008663/200, no valor de 73.749,64€, da Companhia de Seguros COSEC, datada de 08-11-2005 para 18.801,30 €, montante que correspondente a 10% dos trabalhos por

*Ata da reunião de -08- de -outubro de 2012*

21  
22

receber, acrescido de 10% do cálculo da revisão de preços destes trabalhos (160 846,13€ x 10 % + 27 166,93€ x 10%).

Aos respetivos serviços para proceder em conformidade.



**Nº 17 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano**, referente à informação nº 179 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 02 de outubro de 2012, acerca da vistoria realizada à empreitada de "Conclusão do Açude Insuflável", adjudicada ao Consórcio MSF/LENA/SETH - Açude no Rio Tejo, em Abrantes, para efeitos de receção definitiva parcial.

**Deliberação:** Por unanimidade, indeferir a reclamação exarada no auto de vistoria por parte do consórcio e notificar o consórcio, nos termos do nº 3 do artº 219º, por força do disposto no nº 3 do artº 227º do Decreto-Lei nº 59/99, de 2 de março.

Aprovar o auto de receção definitiva parcial, recebendo-se os trabalhos que se consideram em condições de serem recebidos definitivamente, com exceção dos trabalhos referentes às comportas insufláveis dos vãos 2,3 e 4, no montante de 3.139.902,80 €, pelas razões referidas no Auto anexo à informação nº 179 da Divisão de Projetos e Empreitadas.

Proceder-se à restituição dos depósitos caução efetuados para a revisão de preços no montante de 3.835,23€ e reduzir/atualizar a Caução Garantia - Apólice nº 100009905/200, no valor de 170.812,89€, da Companhia de Seguros COSEC, datada de 26.10.2006, em 24.266,95€, passando a mesma a ser de 146.545,94 €.

Manter a Caução Garantia - Apólice nº 100009152/200, no valor de 170.812,89€, da Companhia de Seguros COSEC.



**Nº 18 - Propostas de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano**, na sequência da informação nº 177 e das informações abaixo da Divisão de Projetos e Empreitadas, relativamente à liberação das cauções, nos termos dos artº 3º do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, nomeadamente:

- Informação nº 161, de 25/09/2012 - Empreitada de "Escola EB 1 do Pego - requalificação do Recreio Escolar" - adjudicada a Mendes & Gonçalves S.A. - receção provisória ocorrida em 29/06/2010 - 2 anos completos;
- Informação nº 162, de 26/09/2012 - Empreitada de "Beneficiação do Parque Escolar do Concelho de Abrantes - Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico nº 4 - Chainça" - adjudicada a Mendes - Transportes, S.A. - receção provisória ocorrida em 06/10/2010 - 1 ano completo;
- Informação nº 164, de 26/09/2012 - Empreitada de "Requalificação de Arruamentos em São Miguel do Rio Torto" - adjudicada a Mendes & Gonçalves S.A. - receção provisória ocorrida em 04/06/2008 - 4 anos completos;



- Informação nº 166, de 26/09/2012 - Empreitada de "Beneficiação de Arruamentos em S. Miguel do Rio Torto" - adjudicada a Mendes & Gonçalves S.A. - receção provisória ocorrida em 17/10/2008 - 3 anos completos;
- Informação nº 167, de 26/09/2012 - Empreitada de "Intervenção em Arruamentos - São Miguel do Rio Torto" - adjudicada a Mendes & Gonçalves S.A. - receção provisória ocorrida em 23/05/2008 - 4 anos completos;
- Informação nº 168, de 27/09/2012 - Empreitada de "Requalificação das Ruas Luís de Camões e Travessa do Pacheco no Centro Histórico de Abrantes" - adjudicada a Mendes & Gonçalves S.A. - receção provisória ocorrida em 04/07/2008 - 4 anos completos;
- Informação nº 171, de 28/09/2012 - Empreitada de "Requalificação da Praça D. Francisco de Almeida" - adjudicada a Mendes & Gonçalves S.A. - receção provisória ocorrida em 21/01/2011 - 1 ano completo;
- Informação nº 172, de 01/10/2012 - Empreitada de "Beneficiação da EM 556-1 entre a EM 556 (Arreciadas/S. Facundo) e Vale de Zebrinho" - adjudicada a Mendes & Transportes, S.A. - receção provisória ocorrida em 04/09/2009 - 3 anos completos;
- Informação nº 175, de 02/10/2012 - Empreitada de "Parque Industrial de Abrantes - Zona Norte - Arruamento 8 - Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Pluviais" - adjudicada a Mendes & Gonçalves S.A. - receção provisória ocorrida em 11/04/2008 - 4 anos completos;



**Deliberação:** Por unanimidade, de acordo com o referido na informação da Divisão Jurídica de 8 de outubro de 2012, proceder à liberação faseada das garantias bancárias, nos seguintes moldes:

- Empreitada de "Escola EB 1 do Pego - requalificação do Recreio Escolar" - liberação de 60% da garantia bancária N00358695, do Banco Espírito Santo, S.A., no valor de 7.521,49€, ficando com o valor de 5.014,33€;
- Empreitada de "Beneficiação do Parque Escolar do Concelho de Abrantes - Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico nº 4 - Chainça" - liberação de 30% da garantia bancária N00360023, do Banco Espírito Santo, S.A., no valor de 4.484,13€, ficando com o valor de 10.462,96€;
- Empreitada de "Requalificação de Arruamentos em São Miguel do Rio Torto" - liberação de 90% (20.002,39€) da garantia bancária GAR/07303501, do Banco BPI, S.A., no montante de 10.314,92€ e a garantia bancária GAR/07306808, do Banco BPI, S.A., no valor de 9.687,47€, ficando extinta a primeira garantia e a segunda com o valor de 627,45€;
- Empreitada de "Beneficiação de Arruamentos em S. Miguel do Rio Torto" - liberação de 75% da garantia bancária GAR/08305983, do Banco BPI, S.A., no valor de 4.861,97€, ficando com o valor de 1.620,66€;
- Empreitada de "Intervenção em Arruamentos - São Miguel do Rio Torto" - liberação de 90% do valor retido, no montante 1.098,69€, ficando com o valor de 122,07€;
- Empreitada de "Requalificação das Ruas Luís de Camões e Travessa do Pacheco no Centro Histórico de Abrantes" - liberação de 90% da garantia autónoma nº 2005.00403, da Garval - Sociedade de Garantia Mútua, S.A., no valor de 2.501,71€, ficando com o valor de 277,97€;

- Empreitada de "Requalificação da Praça D. Francisco de Almeida" – liberação de 30% da garantia bancária N00357115, do Banco Espírito Santo, S.A., no valor de 10.368,97€, ficando com o valor de 6.827,54€;
- Empreitada de "Beneficiação da EM 556-1 entre a EM 556 (Arreciadas/S. Facundo) e Vale de Zebrinho" – liberação de 75% dos valores retidos para o efeito, no valor de 7.851,11€, ficando com o valor de 2.617,04€;
- Empreitada de "Parque Industrial de Abrantes – Zona Norte – Arruamento 8 – Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Pluviais" – liberação de 90% dos valores retidos para o efeito, no valor de 1.673,58€, ficando com o valor de 185,95€;



**Nº 19 - Propostas de deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano**, na sequência da informação 177 e das informações abaixo da Divisão de Projetos e Empreitadas, relativamente à liberação das cauções, nos termos dos artº 3º do Decreto-Lei nº 90/2012, de 22 de agosto, nomeadamente:

- Informação nº 169, de 27/09/2012 - Empreitada de "Requalificação do Parque Escolar do Concelho de Abrantes – Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico do Pego" – adjudicada a Mendes & Gonçalves, S.A.;
- Informação nº 170, de 27/09/2012 - Empreitada de "Requalificação do Parque Escolar do Concelho de Abrantes – Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico nº 4 - Chainça" – adjudicada a Mendes & Gonçalves, S.A.;
- Informação nº 176, de 02/10/2012 - Empreitada de "CIIDE – Centro de Inovação, Incubação e Desenvolvimento de Empresas" – adjudicada a Construções José Coutinho, S.A..

Das referidas informações consta que das respetivas vistorias se constatou que os trabalhos que constituem as obras em questão não se encontram em condições de ser aceites, uma vez que apresentam anomalias que carecem de resolução por parte do adjudicatário respetivo.

**Deliberação:** Por unanimidade, de acordo com o referido na informação da Divisão Jurídica de 8 de outubro de 2012, proceder à audiência escrita das empresas adjudicatárias referidas nas informações nºs 169, 170 e 176 da Divisão de Ordenamento e Projetos, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Indeferir os pedidos de liberação da caução prestada, uma vez que das respetivas vistorias se constatou que os trabalhos que constituem as obras em questão não se encontram em condições de ser aceites, uma vez que apresentam anomalias que carecem de resolução por parte do adjudicatário, contrariando assim o disposto no artº 3 do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto.

Podem as interessadas pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

Nada sendo dito, é esse o teor final da deliberação produzindo os seus efeitos definitivos após o decurso do referido prazo.



## **Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística**

**Nº 20 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano**, referente à informação nº 103/2012.CL da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 04 de junho de 2012, acerca do pedido de alteração ao alvará de loteamento nº 04/01, em nome de Herdeiros de Manuel da Silva, sito em Alto da Chainça, Abrantes, requerido por João Manuel da Silva Ferrão, proprietário do lote 5. - 61534

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a proposta de alterações apresentada, que consiste em: Possibilitar que a área de construção prevista no alvará aprovado para o lote 5 de 250,00m<sup>2</sup> possa ser implantada em um único piso, alterando assim a área máxima de implantação deste lote de 150,00m<sup>2</sup> para 250,00m<sup>2</sup> em conformidade, mantendo inalterada a área total de construção inicial de 250m<sup>2</sup>, bem como a possibilidade de edificar em 1 ou 2 pisos.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.




## **Encerramento da Reunião**

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas dezasseis horas e quarenta minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização a redigiu e também a assina.

### **A PRESIDENTE DA CÂMARA**



### **A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO**



**POR UMA VERDADEIRA REFORMA ADMINISTRATIVA**

**Proposta**

**8 de Outubro de 2012**

Face à situação de insolvência em que Portugal se encontra e à iminência de expulsão do euro por incapacidade manifesta de cumprir o contrato de financiamento celebrado com a troika, não é admissível que os nossos governantes e autarcas continuem a adiar uma verdadeira reforma que evite que o Estado sugue a economia até à ruína.

É certo que isso vai implicar a perda de inúmeros postos de trabalho na administração pública, mas não sejamos hipócritas: é a única forma de evitar o naufrágio.

Caso contrário, iremos continuar a assistir ao colapso de todas as empresas e ao desemprego galopante na economia real, onde o desemprego é verdadeiramente preocupante, porque, sem economia, não há sequer dinheiro para sustentar o emprego na administração pública.

Como é óbvio, nunca haverá crescimento económico se o Estado consumir mais recursos do que a economia é capaz de gerar.

Os portugueses têm de compreender que os recursos disponíveis são limitados e a única forma de os mesmos poderem chegar ao maior número de cidadãos, é o Estado administrá-los com racionalidade e bom senso.

Ora, salta aos olhos de toda a gente que, para gerir um país tão pequeno, não são necessários nem tantas autarquias, nem tantos políticos, a maioria deles verdadeiros parasitas sem qualquer préstimo, a não ser para assinar de cruz, ou sem outro modo de vida conhecido, a não ser sugar os contribuintes até ao tutano.

A quantidade sempre foi inimiga da qualidade.

Além disso, o pequeno universo das autarquias, pelo simples facto de a maioria delas não terem dimensão suficiente, acaba inevitavelmente por potenciar o compadrio, o



nepotismo, a corrupção e o controlo das associações e órgãos de comunicação social pelo poder político, acabando por ser um sorvedouro de dinheiros públicos e um autêntico hino ao desperdício.

Além disso, o excesso de autarquias leva necessariamente à multiplicação e redundância de serviços, da burocracia, da mediocridade e da incompetência, funcionando como um agente facilitador do livre comércio da corrupção.

Acresce que a sua pequena dimensão retira-lhe peso a nível nacional, vivendo a maioria delas de mão estendida.

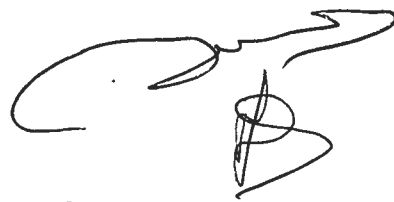
Impõe-se, por isso, efectuar uma verdadeira reforma administrativa que tenha por objectivo dar resposta às necessidades do país e não apenas dar emprego aos amigos do partido.

Os vereadores eleitos pelo PSD defendem, por isso, que a Câmara Municipal de Abrantes deve rejeitar liminarmente a proposta de reforma administrativa apresentada pelo Governo de redução de meia-dúzia de freguesias sem qualquer expressão na despesa pública, logo insuficiente face à situação dramática em que vivemos e, em alternativa, apresentar na Associação Nacional de Municípios uma proposta com as seguintes orientações:

**(I) Áreas metropolitanas de Lisboa e Porto com organização e gestão independente das restantes autarquias.**

**(II) Criação de um novo mapa autárquico com um máximo de 50/60 municípios, distribuídos de forma equilibrada por todo o território nacional, oscilando entre um mínimo de 50.000 habitantes nas zonas mais despovoadas e 150.000 nas zonas mais populosas, devendo a área territorial dos actuais círculos judiciais servir como base de referência.**

**(III) A reforma do mapa autárquico deve coincidir com a reforma do mapa judiciário e do sistema de saúde, e/ou de outros sistemas administrativos, para que todo o território nacional fique coberto e as novas sedes dos tribunais, da câmara e dos serviços de saúde possam ser distribuídas por cidades diferentes dentro da**



autarquia, privilegiando-se sempre, no entanto, as localidades que ofereçam as instalações com melhores condições.

(IV) Fixação da sede do município numa das cidades secundárias do município para evitar que a sede do concelho desertifique o território.



(V) Alteração das competências das câmaras municipais e das juntas de freguesia, aumentando-se as competências das câmaras e transformando as freguesias em extensões locais dos serviços da câmara.



(VI) Criação de alguns serviços intermunicipais, quando tal se apresente necessário para rentabilização de recursos e articulação de políticas que extravasem as fronteiras autárquicas, tal como o planeamento e ordenamento do território.

(VII) Abertura de concursos nacionais para preenchimentos dos cargos técnicos e de chefias, com provas efectuadas e corrigidas por técnicos exteriores às autarquias, para se evitarem as fraudes dos concursos públicos feitos à medida de quem lá se quer colocar e aos quais se chega mesmo a fornecer as provas antes do exame, quando não são os próprios candidatos a fazer o seu próprio exame.

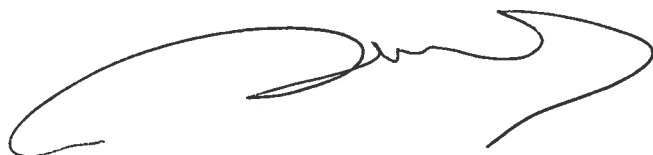
(VIII) Supressão e/ou limitação muito profunda do número de cargos de nomeação política.

(IX) Eliminação do direito dos eleitos locais a senhas de presença e a sua substituição por coimas no caso de faltarem às reuniões sem justificação (quem não tiver espírito de serviço público não se deve candidatar), à excepção dos que desempenhem funções a tempo inteiro ou no caso de as reuniões serem convocadas durante o horário de trabalho.


(X) Da mesma forma (e para afastar os oportunistas), os cargos remunerados deverão ser pagos tendo por referência os rendimentos auferidos pelos candidatos antes de se candidatarem.

**SANTANA-MAIA LEONARDO**  
**ANTÓNIO BELÉM COELHO**  
VEREADORES

Os Vereadores



(António Manuel de Santana Maia Leonardo)



(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)

**BOMBEIROS DE ABRANTES**

**Pedido de esclarecimento**

**8 de Outubro de 2012**

Apesar de o Município de Abrantes ter um Corpo de Bombeiros Profissionais, a verdade é que o Socorro em Abrantes não está assegurado.

Com efeito, que adianta ter um Corpo de Bombeiros Profissionais, se é necessário vir o INEM da Barquinha fazer uma emergência a Entre Serras ou o INEM do Entroncamento fazer uma emergência ao Tramagal?

E não se diga que é irrelevante, quando se trata de emergência médica, o INEM demorar 10 minutos a chegar ao local ou mais de uma hora, porque, nestes casos, cada minuto a mais delimita, muitas vezes, a fronteira entre a vida e a morte.

Sendo certo que sempre que se tem de recorrer a outras corporações de bombeiros para assegurar o serviço que competia aos Bombeiros de Abrantes, perde-se um tempo precioso, quer na transmissão de dados entre Corpos de Bombeiros, quer na accionamento dos meios, que pode ser fatal.

Por outro lado, ainda todos temos presente o relatório da I.G.A.L. que considerou ilegal o pagamento de 2€/hora aos voluntários.

Não se trata aqui de ajuizar, obviamente, da justeza do pagamento aos voluntários, com o qual (em tese) concordamos, mas da sua legalidade.

Com efeito, à câmara, enquanto órgão executivo, cabe-lhe apenas executar as leis da República, independentemente de com elas concordar ou não.

É isso que define precisamente um Estado de Direito.

Num Estado de Direito, só existe uma forma de uma câmara ou um Governo não aplicar uma lei com a qual não concorda: é essa lei ser alterada.

Seria, por isso, extremamente grave se a Câmara, ciente de que o pagamento aos





voluntários era ilegal, procurasse, através de um esquema criativo, assegurar, por portas travessas, precisamente o pagamento aos voluntários que a lei proíbe.

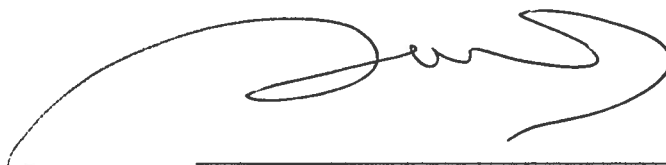
Face ao exposto, os vereadores eleitos pelo PSD vem solicitar a V.Ex.<sup>a</sup> os seguintes esclarecimentos:



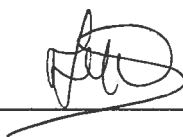
1. Se o Corpo de Bombeiros Profissionais de Abrantes tem capacidade para, em trabalho por turnos, assegurar, pelo menos, um elemento à central, dois elementos com credenciação ao INEM e mais três elementos ao piquete?
  - 1.1. No caso da resposta ser afirmativa, por que razão não se implementou ainda o trabalho por turnos, tendo em conta que os dois elementos à reserva de INEM e os dois elementos ao piquete que faltam, podiam ser, perfeitamente, garantidos por voluntários ou contratados ao abrigo da actual Lei do Orçamento de Estado.
2. Se existem bombeiros profissionais e/ou funcionários da autarquia a receber do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais e do Protocolo de Constância?
  - 2.1. Em caso afirmativo, quantos se encontram nesta situação e se o pagamento está a ser declarado em sede de IRS, como a lei obriga?
3. Tendo em conta que a lei não permite que funcionários da câmara recebam de outra entidade pelos serviços que efectuam no exercício das suas funções, se existem bombeiros profissionais e/ou funcionários da autarquia nesta situação, ou seja, a receberem através do Protocolo estabelecido entre o Município e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Constância?
4. Se pagamento aos bombeiros voluntários de Abrantes, que a Inspecção Geral Administração Local considerou ilegal, está a ser feito através da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Constância, transferindo a Câmara mensalmente um montante de dinheiro para esta Associação para esse efeito?

**4.1 . Quanto transfere a câmara mensalmente para a Associação Humanitária de Bombeiros de Constância?**

Os Vereadores



(António Manuel de Santana Maia Leonardo)



(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)